



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 074

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE JULHO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 074

71ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:.....

Presenças:.....

Abertura da Sessão:

Expediente:

Indicações

Requerimentos

Pequeno Expediente:

Dep. Pastor Edson Praczyk.....

Dep. Rosane Ferreira

Dep. Douglas Fabrício

Dep. Elton Welter

Dep. Professor Lemos.....

Grande Expediente:

Dep. Plauto Miró

Dep. Luiz Claudio Romanelli

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk.....

Liderança do PT

Dep. Professor Lemos.....

Liderança do PMDB

Dep. Stephanes Júnior.....

Liderança do Bloco PPS / PMN

Dep. Marcelo Rangel.....

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost.....

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto.....

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão/Votação

Redação Final

1ª Discussão.....

Requerimentos.....

Encerramento da Sessão:

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT.....

DIÁRIO Nº 074

71ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

01 DE JULHO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Fernando Scanavaca e Jonas Guimarães.

Presenças:

Às dezessete horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro Moraes, Milton Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Artagão Júnior, Cleiton Kielse, Luiz Carlos Martins e Péricles de Mello (06).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Ademir Bier, Dr. Batista e Tadeu Veneri (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO N° 803/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade da construção imediata da Escola Estadual Paulo Freire, no Município de Pontal do Paraná.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos requerer ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e à Secretaria de Estado da Educação providências para a construção imediata da Escola Estadual Paulo Freire, no Município de Pontal do Paraná, jurisdicionado ao NRE - Paranaguá.

A Escola Estadual Paulo Freire, no Município de Pontal do Paraná, atende cerca de 450 alunos nos períodos matutino e vespertino, funcionando em condições precárias no antigo Conglomerado BANESTADO. A situação perdura por vários anos, causando imenso prejuízo aos estudantes que frequentam aquele estabelecimento de ensino, dadas as condições inadequadas para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 3282

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, para encaminhar informações referentes às transferências de Delegados e Investigadores da Polícia Civil do Estado do Paraná, realizadas nos últimos 12 meses.

Sala das Sessões, em 01/07/09.

(a) MARCELO RANGEL

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Pastor Edson.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa - embora não tenha restado muitos membros da imprensa devido ao avançado da hora - senhoras e senhores.

Por causa de uma quebra de comunicação acabei na Sessão anterior não podendo concluir meu raciocínio. Trouxe à baila desta Sessão o assunto extremamente polêmico deste momento, sobre o crime que foi intitulado como Crime do Morro do Boi, em Matinhos, onde um cidadão fora preso desde o dia 17 de fevereiro deste ano até o presente momento, como o principal suspeito de um homicídio a também de atentado ao pudor. Inicialmente crime de estupro e depois foi descaracterizado e que tem repercutido bastante. Há os que defendem o equívoco da parte da Polícia e das demais autoridades envolvidas.

Porém, não quero enfatizar esse aspecto, até porque penso que essa crítica, ele deve ser feita principalmente pela Oposição.

Disse em meu pronunciamento anterior que obviamente por existir a figura humana. "o errar é humano". Não falo isso querendo amenizar a responsabilidade do Dr. Luiz Cartaxo, o Delegado que está à frente das investigações, não é essa a minha intenção. A minha intenção em trazer esse assunto é porque o momento embora, muito delicado e amargo, tanto para a família enlutada do jovem Ozires, a qual presto a minha solidariedade e homenagem, como também a própria situação delicada dessa menina Monik. Que Deus a abençoe e ela não fique com sequelas por causa do tiro.

Vejo que é um momento de grande reflexão em que sentido. Primeiro está mais do que evidente que a

imprensa desencadeou uma grande pressão nas autoridades em questão, no delegado, nos policiais, cedendo a essa pressão, se decidiu, se agiu de forma precipitada e equivocada.

O que me faz entender que todos nós seres humanos, independentes de qual seja o posto que ocupamos, temos que ter uma cautela redobrada antes de pré-julgar ou antes de fazer determinados julgamentos.

Se essa cautela tem que existir, em minha consciência enquanto ser humano, muito mais essa cautela tem que existir da parte da imprensa, diga-se de passagem é o 4º Poder.

É óbvio que essa cautela deve existir cêntupla vez mais da parte dos policiais. O estrago na vida desse rapaz o Juarez Ferreira Pinto, que era até então o principal suspeito e acusador do crime, talvez seja irreversível.

Se casado imagino o grande estrago que o seu casamento foi submetido. Se com filhos a vida dos filhos por efeito cascata também fora atingido.

Extraio também outra lição. Vejo que além da cautela redobrada que todos temos e devemos ter, penso para aquelas pessoas que são defensoras da pena de morte que é o momento mais do que apropriado para repensar em suas posições. Sabemos porque a história assim registra, que o Brasil ele já teve a pena de morte, tanto que um dos mártires nacionais Tiradentes foi submetido a ela, foi enforcado e morto pela pende de morte que era praticado em nosso País.

Defender a pena de morte hoje, é retroceder no meu modo de ver e sem levar em conta a exemplo do ocorrido no Morro do Boi, que se nós tivéssemos a pena de morte hoje, como se reverteria a situação desse rapaz o Juarez. Como se traria de volta a vida.

Portanto, é o momento de repensarmos o assunto. E aqueles que são defensores ferrenhos do tema, que analisem, porque Países onde outrora se adotava a pena de morte, se faz todo um esforço para se extinguir a pena de morte nestes Países. Então, não será agora o nosso Brasil a adotar esta ideia.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

São as lições que extraio desta trágica e fatídica situação. Quanto à família, volto a repetir, sou solidário a todos eles, tanto à família enlutada como a família deste rapaz, que fora preso e mantido preso como suspeito e não é mais. Como também da família da jovem Monik, para que tenha a recuperação sem sequelas.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

V. Exa. está de parabéns pelo pronunciamento sereno, muito objetivo, cauteloso. Este bárbaro crime de Caiobá, no Morro do Boi, parece que é coisa do capeta, do diabo. O cidadão que está preso agora, diz que em outra oportunidade já tinha cometido um crime, matou uma pessoa num dia e no outro dia estava num bailão,

tudo alegre, se divertindo. Então, a ficha corrida do criminoso é espantosa, é coisa diabólica.

Agora, o que confunde nossa cabeça, estava vendo no blog do respeitado jornalista Fábio Campana, é primeiro o pai da moça que estava com o namorado e o namorado foi morto por este mostro no Morro do Boi, é o pai dizendo que este novo preso não é assassino. E agora a pouco, entrou no blog do Fábio Campana a moça cujo namorado foi assassinado neste Morro, dizendo que não, que não é este que foi preso agora. E que é o anterior.

Ficamos aqui entre a cruz e a espada, esperando apenas que a Polícia do Paraná não seja exposta ao ridículo. Porque ela foi, ontem. Não podemos generalizar, ofender toda a Polícia. O erro, foi de quem fez a investigação, no crime de Caiobá. O que temos que evitar agora, é que um novo inocente venha a ser preso. Tomara que desta vez eles estejam com o monstro certo para pagar pela brutalidade, pela monstruosidade do crime que praticou.

Parabéns a V. Exa., sou um grande fã, me emocionou ao ouvir V. Exa. que é um homem abençoado por Deus, traz aqui com muita serenidade uma manifestação sobre este crime que chamou a atenção do Paraná e do Brasil.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sou eu quem agradece. Finalizo minha fala, agradecendo ao Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra à próxima oradora inscrita, Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e srs. Deputados; falarei rapidamente, talvez nem precise dos cinco minutos. Apenas faço uso deste horário para justificar, hoje, minha ausência na Audiência Pública que debatia a questão da Lei Antifumo.

Na verdade, eu estive na Audiência marcada para as 10h30, iniciou com alguns minutos de atraso e eu tinha outra agenda no meu gabinete, às 11h30 e fui obrigada a deixar, naquele momento, a Audiência de suma importância para nossa sociedade, para atender a um compromisso já agendado há muito tempo, com técnicos da SANEPAR que lá estavam, para me trazer boas novas com relação à ampliação da rede de coleta e esgoto da Cidade onde moro, Araucária. Tive que optar entre uma questão e outra e acabei optando pelo compromisso agendado há mais tempo.

Mas, não posso deixar de manifestar a minha posição com relação a essa questão do cigarro.

Sabemos que hoje tanto a indústria do cigarro quanto os que representam os produtores e também a

indústria dos bares e restaurantes estavam lá para defender um nicho de mercado

Sabemos que os fumantes, quando nos bares e restaurantes, existem estudos que mostram que eles consomem 38% a mais, seja de bebida, de petisco, essa coisa toda.

Então, o que estava sendo colocado lá é realmente uma defesa do mercado econômico. Sou absolutamente a favor da mensagem trazida para cá pelo Governo do Estado e aprimorada e melhorada com o Substitutivo do Deputado Reni Pereira. Temos, sim, que travar uma grande guerra contra a questão do cigarro e hoje foram muito bem colocadas as questões de Saúde Pública lá levantadas, o que é o consumo dos poucos recursos que dispomos no Sistema Único de Saúde e quanto desse dinheiro é usado, para poder atenuar todos os problemas que o cigarro traz à luz da saúde dos seus usuários.

E uma coisa que não dá para deixar de colocar aqui é o problema sério que temos em todo o tecido social com relação à questão do cigarro.

Sabemos que 65% das plantações de fumo aqui no Brasil, são no Sul do Brasil e sabemos que no Paraná a questão é muito importante na agricultura e hoje temos muitos agricultores que dependem dessa cultura para sobreviver. Mas nós temos, sim, que pleitear e ainda quero ver um dia o Paraná ter um grande investimento na área de agricultura para que possamos ir substituindo gradativamente essa monocultura. Sabemos: o que acontece com os plantadores de fumo; que qualidade de vida eles têm; o que é a saúde dos plantadores de fumo com relação ao uso abusivo de agrotóxicos, com relação a o que isso representa na sua saúde pessoal, a questão do manuseio; que crianças são usadas na época de safra e temos Municípios que mudam até o horário de entrada e saída de escola, porque muitas crianças são usadas nessa questão da cultura.

Então, realmente precisamos fazer uma política. Sei que não dá para substituir agora e sei que tem muitos agricultores que dependem disso para sobreviver. Então, é uma política arrojada e tem muita coisa já acontecendo. Na Região de Tibagi, por exemplo, já temos alguns agricultores que estão deixando de plantar o fumo para irem para a questão do leite, do laticínio, estão investindo em agropecuária e estão vendo que tem vantagens. O que temos que criar no Paraná é realmente uma alternativa viável para isso e temos, sim, que combater o cigarro do plantio do fumo à questão do consumo do cigarro propriamente dito.

Então, tive que me ausentar da Audiência, mas não poderia deixar de colocar a minha posição, porque saí muito chateada por não poder ter continuado lá. Tenho um filho adolescente e ele está começando a dar os primeiros passos. Ele tem 16 anos e está começando a frequentar as primeiras baladas e o meu filho não fuma, mas quando vamos buscá-lo nesses lugares, é insuportável como ele chega com relação a cheiro, a odor e ele mesmo passa mal nesses ambientes em razão do cigarro. Ele vai

para namorar, vai para dançar e não vai para fumar passivamente com todos os outros.

Então, a pessoa tem o direito de se matar onde quer se matar? Tudo bem, até concordo. Mas, as pessoas que não querem compartilhar têm o direito, sim, de ter lazer e de ter entretenimento. E a sociedade vai se acomodar e vamos trabalhar essa questão e tenho absoluta certeza que mesmo os fumantes propriamente ditos vão saber que essa política hoje desenvolvida pelo Estado do Paraná é a melhor política para a sua saúde e para toda a sociedade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

(**Declina**)

Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Os cinco minutos do Pequeno Expediente é para falar de um assunto que foi feito, um encaminhamento ainda há pouco daquele aumento de salário que está sendo dado ao Ministério Público. Se questionou porque não se deu aqui alguma alteração, alguma emenda. Agora, quero trazer de novo a discussão para a política. Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. ouviu algum dia algum membro do Ministério Público discursar concedendo aumento de 15% do salário-mínimo regional do Paraná? Eu também não.

Agora, eu vi o Governador fazendo isso. E se o Governador fez para a iniciativa privada deveria ter dito a coerência de fazer também para os funcionários públicos. As emendas colocadas no projeto, que depois foram analisadas como inconstitucionais e foram votadas nesta Casa, foram emendas para alertar o Governador que deveriam ter dado o aumento de 15% para os funcionários públicos, e não deu, só deu 15% para a iniciativa privada pagar, porque daí a iniciativa privada é que paga, não é o Governo que paga, não é ele, mas ele aparece politicamente.

Então, é nesse sentido que eu não vi aqui, nenhuma emenda para o Ministério Público e nem para esta Casa, porque esta Casa também não discursou, tomando a iniciativa de aumentar o salário-mínimo regional. Pois bem, esta discussão me lembra, quando se fala inconstitucionalidade Srs. Deputados, me recordo daquele projeto de remanejamento de cargos votado aqui, projeto inconstitucional do Governo do Estado votado aqui e aprovado como constitucional, porque a Bancada do Governo, composta pela maioria dos Deputados, e entendemos isso porque aqui é uma Casa política, votou como constitucional e aprovou o remanejamento de cargos; mas a Justiça derrubou alegando inconstitucionalidade.

Pois bem, significa mais uma vez dizer que aqui se votam projetos, podem ser constitucionais ou podem ser inconstitucionais, depende muito da interpretação de um advogado ou de outro advogado, na dúvida a Justiça decide. Mas, os Deputados votaram projeto inconstitucional do Governo do Estado, que é aquele do remanejamento de cargos. E para finalizar, mais uma vez, nós Deputados propusemos aumento, várias emendas ao projeto do Governo do Estado de aumento de salário-mínimo para os funcionários públicos, não para o Ministério Público, porque o Ministério Público não propôs nenhum aumento para a iniciativa privada pagar.

Por fim, o salário dos profissionais do serviço público está sendo pago com o aumento a partir deste mês, me parece que o mês passado também foi pago com aumento não é? E o aumento no mês de maio o Governador não pagou? Pois é, ele poderia fazer retroativo ao mês de maio, era uma das emendas, e os Deputados da base do Governo derrubaram. Já para o Ministério Público está sendo retroativo ao mês de maio, me parece, certo? Significa dizer que faltou vontade política do Governador de dar aumento aos funcionários públicos de 15%. Primeiro ponto, não quis; depois o de 6%. Aí concordou, mas não deu retroativo ao mês de maio. O funcionário público perdeu. E eu volto aqui defender mais uma vez o funcionário público do Paraná.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje é um dia para ser festejado por muitos e muitos milhões de trabalhadores da informalidade. Estou muito feliz com a regulamentação da Lei Complementar nº 128/08, entra em vigor a partir do dia de hoje. Esta lei cria a figura da pessoa jurídica no cidadão comum que é vendedor ambulante. Ele vai entrar no portal www.portal-doempreendedor.gov.br e fazer o seu registro, e terá os benefícios previdenciários. Há uma estimativa de pelo menos, 11 milhões de brasileiros serão beneficiados por esta lei. Antes dessa lei para ter acesso aos benefícios da Previdência o trabalhador gastava R\$ 502. E agora gastará R\$ 51,15, 11% do salário-mínimo. Uma medida como esta precisa ser muito comemorada. Precisa ter uma ampla campanha em todo o Estado do Paraná, para que o máximo de trabalhadores da informalidade se formalize. E a renda do trabalhador para ser beneficiado é de até R\$ 36 mil por ano. Portanto, muita gente pode ser enquadrada nos benefícios desta lei.

Teremos menos problemas no futuro de pessoas que não vão ter benefício da aposentadoria. Um pedreiro poderá ser cadastrado e pagará somente R\$ 51; um carpinteiro, uma dona de casa, costureira poderá se cadastrar

com essa lei, terá seu CNPJ, que será entregue na sua casa. Essa lei mostra o avanço que estamos tendo no País. Não só na melhoria da renda do povo brasileiro, mas criando condições para que os trabalhadores individuais, que ficam na informalidade, tenham, de fato, dignidade, para quando atingirem idade possam ter a aposentadoria.

Sinto-me orgulhoso por ser do partido do Presidente da República. Sinto-me orgulhoso do Congresso Nacional ter votado esse projeto no ano passado. Sinto-me muito orgulhoso também porque, na próxima sexta-feira a Deputada Luciana Rafagnin, que é companheira minha de partido, trará aqui o Ministro da Previdência para dar publicidade e clareza de qual é a tarefa de cada um de nós nas bases para que possamos incluir, criar a formalidade através dessa lei.

Quando eu era Vereador, ouvia as pessoas reclamarem que não conseguiam aposentar porque sempre trabalharam na informalidade e agora chegou a hora dessas pessoas. Tendo o mínimo de renda poderá fazer o benefício de forma direta no portal do empreendedor. Vai fazer o registro, vai receber todos os benefícios da previdência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito com a palavra o Deputado Professor José Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nossos visitantes aqui na Assembleia, telespectadores que nos acompanham pela TV SINAL, pelo Canal 21.

O que me traz a esta tribuna, hoje, é mais do que um tema. Primeiro, quero tratar do salário dos servidores públicos, a reposição salarial. Tivemos um cuidado de apresentar, junto com outros Deputados, algumas emendas importantes àquele projeto, uma delas é fazer cumprir a data-base que é 1º de maio. Não foi aprovada aqui. Hoje, os servidores receberam o salário sem a retroatividade de maio. Os demais Poderes estão pagando retroativo a 1º de maio, mas o Executivo não. Isso nos levou a trazer a esta tribuna e, também, a esta Assembleia Legislativa um requerimento que, no dia 15 de junho, foi aprovado aqui por unanimidade, encaminhado ao Governador, solicitando o pagamento retroativo à 1º de maio, para que possamos cumprir a Lei nº 15512 de 2007, que assim definiu que a data-base do servidor público é 1º de maio.

O salário pago ao servidor do Poder Executivo é hoje o menor salário. Temos servidores beirando ao salário-mínimo nacional. Isso é lamentável! O salário pago aos demais servidores de outros Poderes, como aqui mencionado, é diferente. Os 6% para alguns servidores é maior do que o salário pago aos servidores do Poder Executivo. Aqueles 22 mil funcionários de escola ganham menos que R\$ 700 por mês. Então, quando apresentamos

emenda, apresentamos fundamentada em valores, calculando com base nos dados do Estado, da Secretaria da Fazenda. Não foi algo assim inventado. Fizemos a proposta de que, na medida em que o Estado aumentasse sua receita, superando inclusive o projetado pela Secretaria da Fazenda, fosse usada essa diferença para fazer chegar aos 15%. Era uma emenda importante que poderia ter sido aprovada sem nenhum problema, pois não feria a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quero dizer, também, que no Estado temos alguns atos que são próprios do Poder Executivo. Por exemplo, portarias, resoluções e decretos. Aquilo que não pode ter interferência dos Deputados é feito por decreto, por, por resolução ou por portaria. A iniciativa de tudo aquilo que vem para cá tem que ser do Poder Executivo, mas podemos interferir para melhorar, para fazer com que o projeto seja de interesse da população. Então, não fizemos nenhum ato contrariando a Constituição e contrariando o interesse público. Fizemos de boa-fé, buscando melhorar sim. Aqui nesta Casa já foram aprovados projetos similares por unanimidade e acolhidos pelo Chefe do Poder Executivo. Citei como exemplo a hora/atividade dos professores do Paraná, que trouxemos, aqui, por iniciativa do Presidente da Assembleia Legislativa, o Hermas Brandão, na época. Ele apresentou o projeto, foi aprovado por unanimidade, o Governador Jaime Lerner não quis sancionar, devolveu a esta Casa, foi promulgado, e o Governador Roberto Requião assumiu em 2003 e colocou em prática. É a Lei nº 13807 do dia 15 de outubro de 2002, e que passou a valer a partir de 1º de janeiro de 2003. Então, veja, temos condições, sim, de fazer com que aquilo que já é bom chegue nesta Casa.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Quero avançar aqui e dizer que o que fizemos foi de boa-fé. O salário, a remuneração paga ao servidor do Poder Executivo está muito diferente do que é praticado nos outros Poderes. Portanto, temos que melhorar, sim, a remuneração paga aos servidores do Poder Executivo.

Quero também dizer aos Deputados e Deputadas que estivemos visitando o Litoral. Estivemos lá na Praia de Leste, em Pontal, por ocasião do Congresso da nossa Central Sindical, da CUT, observamos a Escola Estadual Paulo Freire funcionando embaixo das escadas do ginásio de esportes da Associação dos Servidores do antigo BANESTADO. São aproximadamente 450 estudantes em condições precárias e há muitos anos e com a promessa de que terão uma escola para que possam ter aulas e que favoreça a aprendizagem. Lá, a luminosidade compromete a aprendizagem, a ventilação também não é adequada, e as condições de umidade, de insalubridade, de periculosidade, tomam conta daquele espaço. Aquele espaço é alugado.

O Estado paga mensalmente para ocupar aquele ambiente como escola, não é um ambiente escolar, não

favorece a aprendizagem. E encontrando as professoras em uma reunião, sábado à tarde, em Paranaguá, professoras que trabalham nessa escola reafirmaram e pediram que apresentássemos, aqui, na Assembleia, e estou apresentando na Sessão de hoje, um requerimento solicitando urgência por parte da Secretaria da Educação, por parte do Governador do Estado do Paraná, para que construam uma escola para aqueles estudantes, porque não podem continuar naquela situação correndo riscos, inclusive, estudando naquela escola.

Quero também registrar que estivemos hoje em reunião com o Dr. Olímpio de Sá Sotto Maior Neto, nosso Promotor de Justiça do Estado do Paraná. Estivemos com a presença do Conselho Regional de Serviço Social, estava lá a Dara, que é Assistente Social e Secretária Geral do Conselho, representando o Conselho. Esteve também a Jurema, que é de Capitão Leônidas Marques, Presidente do Conselho Tutelar; esteve também presente a Professora Marina, que é a diretora da APAE de Nova Aurora; também esteve presente a Sirley, que é uma agricultora, Presidente da APAE de Nova Aurora, ela é mãe também de estudante daquela escola especial. O que fomos fazer? Fomos levar um documento, aliás, dois documentos ao Ministério Público, primeiro, tratando da APAE. Nova Aurora foi levado como exemplo de que o Poder Público precisa cuidar das pessoas com deficiência provendo a elas a escola com qualidade.

Em Nova Aurora, lamentavelmente, o Município não oferta escola especial que atenda a demanda. São 103 alunos que frequentam a escola. Não cumpriu com o convênio. Mais tarde rompeu com o convênio, não celebrando o convênio com aquela escola. Tirou os funcionários, que eram cinco, que trabalhavam naquele estabelecimento. E, finalmente, no início deste ano, tirou o motorista que dirigia a Kombi que era adaptada para transportar os alunos. Dezesesseis alunos dessa escola não conseguem desde o início do ano, frequentar a APAE de Nova Aurora porque não tem transporte. O transporte escolar municipal não é adaptado. Então, estamos fazendo mais uma vez um apelo ao Prefeito Municipal, o Prefeito Pedro que se sensibilize e que atenda o clamor das mães e pais de Nova Aurora e que celebre novamente o convênio com a APAE. Ceda novamente o motorista para dirigir a Kombi para que possa ir buscar os estudantes. Pedimos aos demais Municípios, que já tem convênio com a APAE, que ampliem convênio porque é muito pouco o que os Municípios oferecem à Educação Especial no Estado do Paraná.

O Estado tem oferecido um convênio importante, com recursos, com professores, com funcionários, mas ainda assim as APAEs precisam do apoio do Poder Municipal. E também os Conselhos Tutelares do Estado do Paraná. O exemplo que apresentamos ao Ministério Público foi o de Capitão Leônidas Marques. Está aqui a Jurema mostrando que as condições dadas àquele conselho não permite que ele funcione adequadamente deixando de cobrar o direito das crianças e dos adolescentes.

Portanto, faço um apelo também ao Prefeito Municipal de Capitão, que possa atender as reclamações, as reivindicações do conselho e dos demais conselhos de vários Municípios do Estado do Paraná, que se encontram nesse momento necessitando de condições adequadas para o seu funcionamento. Cedo aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Pedi um aparte apenas para parabenizá-lo pelas suas cobranças, principalmente pela primeira parte do seu pronunciamento, quando o senhor falou a respeito do nosso trabalho em defesa dos interesses dos servidores públicos, naquela ocasião aqui no plenário da Assembleia Legislativa.

Acredito que fomos eleitos, estamos aqui na Assembleia Legislativa como Deputados Estaduais representando a maioria dos cidadãos paranaenses. Somos representantes do povo, por isso temos que escutá-los. Temos aqui representantes do SindSaúde que acompanham a nossa Sessão, o senhor é professor. Escutamos professores, policiais militares, policiais civis, representantes da área da Educação, enfim. E eles é que desejavam valorização que não veio. Mas, o nosso trabalho nós fizemos. E hoje durmo com a consciência tranquila porque depus meu voto em favor dos servidores públicos. Quero parabenizá-lo também pelo seu posicionamento firme naquela ocasião e como sempre aqui como representante do seu partido. Parabéns.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Rapidamente, apenas quero me somar ao seu pronunciamento em relação às APAEs. Coincidentemente, hoje protocolei um voto de congratulações para uma escola da APAE de Araucária. E quero parabenizando aquela escola, quero estender a todas as APAEs. Realmente, é um trabalho primoroso. Há algum tempo, colocávamos os portadores de deficiência como pessoas portadoras de necessidades especiais. Hoje, sabemos que temos que falar realmente que são portadores de deficiências físicas ou mentais, mas a questão da especialidade, digo: as pessoas que estão à frente das APAEs no Brasil são pessoas muito especiais. Porque é preciso ter dom. É preciso ter muito amor para tocar esse trabalho. Um trabalho abnegado, com todas as dificuldades possíveis. Sabemos disso. Parabéns pelo seu pronunciamento e tenha em mim uma aliada com relação a esse pleito.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

Obrigado. Concluindo, solicitar a ajuda de todos os Deputados, Deputadas, do Poder Público do Estado do Paraná e solicitar que ao fazer convênio levando aos Municípios o ônibus, que seja exigido que o Município faça o transporte de todos os estudantes para não deixar os estudantes do ensino especial de fora do transporte e que esse ônibus seja adaptado para este tipo de transporte. Todos têm direito a ir à escola. Então fazemos esse

apelo, que possamos fazer com que todas as nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos que precisam de ensino especial possam ir à escola.

Dizer também que o SindSaúde, que está aqui acompanhando inclusive uma matéria importante, que é a licença-maternidade, que vamos votar daqui a pouco observamos que o projeto autoriza o Poder Executivo a ampliar em 60 dias. Queremos combinando com isso votar a PEC que é de autoria da Luciana e do Deputado Elton para que fique para sempre na nossa Constituição do Estado esse direito assegurado às mães e às crianças dos setores públicos.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, poucos dias atrás nessa tribuna, aqui estive para poder relatar duas pesquisas de opinião pública realizadas no Município de Ponta Grossa e aqui trazia a informação pois essas duas pesquisas, uma foi publicada no jornal Diário dos Campos, a outra pesquisa de outro instituto no Jornal da Manhã. As duas apresentavam o Beto Richa, líder das pesquisas no Município de Ponta Grossa. Sei que outras pesquisas começaram a acontecer e é natural porque o período eleitoral está se aproximando e as consultas perante a opinião pública são feitas periodicamente para saber como os pré-candidatos a Governador, a Senador, a Deputado se apresentam nas pesquisas e a maior parte das pesquisas colocando o Beto Richa como líder na intenção de votos no Estado do Paraná.

Muito bem, Sr. Presidente, na minha avaliação a população do Paraná aponta o Prefeito de Curitiba como um principal e forte candidato a Governador, pelo seu jeito de ser e pela sua maneira de administrar. Bom moço, de bons princípios, de boa índole, humilde, Sr. Presidente, trata todos da mesma forma com muita humildade, um moço equilibrado e que vem despontando nas pesquisas sempre que consultado. Venceu o 2º turno das eleições de Curitiba, com quase 80% de intenções de voto é muita coisa, Sr. Presidente, principalmente numa reeleição onde a sua administração é julgada novamente! O eleitor tem ali condição de dizer se está boa a administração ou se não está, senão estiver vota contra, se a administração está caminhando bem vota a favor, o Beto venceu com perto de 80% dos votos. Bom, o que aconteceu? Começaram as pesquisas a apontar o Beto Richa, líder nas pesquisas, começou o ataque dos opositores, como dizem: as velhas raposas, tiraram o porrete e começaram a tentar denegrir a administração Beto Richa na

Capital do Estado, que é um exemplo para todo Brasil e é um exemplo para o interior do Paraná.

Pois a verdade é uma só, as pesquisas de opinião Pública, já colocam Beto Richa na liderança na maior parte dos Municípios do nosso Estado. Os ataques começaram a acontecer, trouxeram para a discussão uma eleição de Prefeito do ano de 2008. Onde se questiona o comportamento de um partido que de aliado de Beto Richa, passou no decorrer da campanha, no decorrer dos entendimentos, passou de companheiro a adversário. Indo da base de apoio do Beto Richa, da coligação do Beto Richa para a coligação de um outro candidato a Prefeito, onde esses pré-candidatos a Vereadores desse pequeno partido já estavam alinhados defendendo o plano de Governo do Beto para a Prefeitura de Curitiba.

E no momento em que tiveram uma decisão da direção desse partido dizendo: “Não vocês não podem mais caminhar com o Beto, vocês tem que ir apoiar outra candidatura.” Esses candidatos a Vereadores desistiram da sua candidatura e trazendo essa posição deles por uma questão estritamente política que foi decidida. E isso acontece nas campanhas eleitorais. E fazendo com que essa discussão viesse a tona e vendo hoje uma ampla briga, um amplo confronto de situação e oposição de um lado político e outro. Coisas que se analisamos e olharmos o passado acontece a cada eleição.

Uma coisa é certa sempre que as eleições se aproximam os ataques começam a acontecer para um lado e para outro. Isso o eleitor, a população como um todo sabe que esse procedimento infelizmente acontece na política. Quero aqui dizer que, infelizmente, estamos acompanhando todo esse procedimento e espero e tenho certeza, que o Ministério Público que acompanha todas essas denúncias, acompanha toda essa situação vai poder trazer a luz do dia tudo aquilo que realmente aconteceu. Pelas informações que tenho, estou convicto de que um armação está acontecendo.

Vejo também uma TV pública a TV Educativa, que é financiada com recursos públicos servindo de ataques ao Prefeito Beto Richa. Tem uma grande disputa, um grande confronto nesse período pré-eleitoral, que está trazendo essa discussão para já, um ano antes das eleições. E tenho certeza que a luz do dia nós saberemos da verdade, porque o Beto Richa é um moço preparado, de boa índole e nós do interior do Paraná aguardamos ele como Governador para poder fazer as boas ações que acontecem em Curitiba que deu 80% dos votos na sua reeleição, possa elas serem direcionadas para os Municípios do interior do Paraná.

Acredito no Beto, o tempo vai trazer a verdade nesta discussão. E com ele com certeza teremos um bom Governador no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Hoje queria já ter podido falar aqui. E queria dizer ao Deputado Plauto, que penso que o seu pronunciamento tem muito a ensinar na linha de defesa que o Prefeito Beto Richa merece ter nesta Casa aqui. Penso que os Líderes do PSDB poderiam pegar as notas taquigráficas ou pedir a TV SINAL e ver o seu pronunciamento. Isso é defesa inteligente, e racional. É melhor que os Líderes do PSDB vejam e revejam a sua conduta. Essa é a linha de defesa. Mas, eu não estou aqui para tratar desse tema.

Deputado Douglas Fabrício, eu fiz uma brincadeira, não foi de minha parte nenhuma forma desrespeitosa em me referir em relação a esta questão da dor-de-cotovelo. Fui entrevistado por uma repórter e disse isso, não disse de forma jocosa, disse como uma brincadeira só.

Vou aqui publicamente dizer os ônibus de transporte escolar estão sendo entregues. Os ônibus de transporte escolar que nunca nesse Estado, um Governo entregou ônibus de transporte escolar para que as Prefeituras pudessem promover o transporte dos nossos alunos sejam da educação básica, que é responsabilidade do Município, ou do Estado, do ensino médio. Mas, esses ônibus de transporte escolar, eles estão sendo entregues de acordo com um cronograma da compra dos ônibus e de acordo com a liberação que está sendo feita pelo fabricante - que em média entrega quatro unidades por dia útil - para o Governo do Estado. O Governo reúne o número de ônibus suficientes faz o emplacamento, porque tem um trâmite burocrático, é feita toda aquela leitura do número do chassi e tudo mais. É emitido documento. A Prefeitura recolhe o valor do prêmio do seguro, por três anos, para poder de fato promover a substituição do veículo, se ele for furtado, se acontecer alguns sinistros. Depois do treinamento dos motoristas o ônibus é entregue.

Hoje mesmo, eu gostaria de ter estado no Município de Castro, junto lá com o Deputado Péricles, o Deputado Alexandre Curi, o Deputado Kielse, mas a minha função de Líder do Governo me obrigou estar aqui hoje, Deputado Nelson Justus. Queria estar lá ao lado do Governador Requião fazendo a entrega dos ônibus dos Municípios dos Campos Gerais. Infelizmente não pude estar lá, embora tenha três Municípios naquela região que atendemos como Deputado. Mas a obrigação me impunha estar aqui. Nenhuma crítica a esses Deputados que aqui não estiveram.

Quero dizer que na verdade é um cronograma aos Prefeitos da nossa Região Norte Pioneiro, da AMU-NORP. Virão a Curitiba no próximo dia 7, depois no dia 14 haverá porque não terá ônibus estão prontos para serem entregues. Depois no dia 21 serão os Prefeitos da AMUNORP. Daí no dia 28 de julho serão os Prefeitos

da AMERIOS e provavelmente os Prefeitos da AMUCENTRO.

Então, há um cronograma que está sendo trabalhado isso bem. Acho que de fato os eventos que são muitas vezes festivos, as entregas dos ônibus, dos Municípios. Quem já participou sabe - o povo fica alegre, as crianças quando entram naqueles ônibus que têm assentos ergonômetros, bem desenhados, com cinto de segurança. Ora, é uma facilitação da vida dessas crianças, desses jovens. É uma mudança de qualidade do transporte escolar.

Olha, nós estamos fazendo só uma pequena parte, tem que fazer muito mais. O Governo o ano que vem, sabe que teremos mais recursos para comprar mais ônibus e continuar investindo. Temos que ir mudando as políticas públicas nesse Estado e nesse País.

Estamos entregando 1 mil e 104. O Governo Federal, lançou recentemente um programa para o Brasil inteiro de financiamento de ônibus. Sabe quantos ônibus? Um mil e cem para o Brasil inteiro de financiamento.

Por que fizemos aqui no Paraná isso? Por capacidade de investimento, por competência. Temos dinheiro para investir, claro. É um dinheiro contadinho mais bem aplicado, por que acabamos com o mal fadados contratos havidos da corrupção.

O fato na verdade é o seguinte, temos que reconhecer que não é fácil avançar nesse processo. Ms, eu quero dar satisfação pública a V. Exa. e convidá-lo para estar domingo lá em Campo Mourão. Naquela Cidade Maravilhosa de Campo Mourão na Festa do Carneiro no Buraco, junto com o Governador Requião, vai como nosso convidado participar do recebimento desse momento. Enfim, que os Prefeitos da CONCAM estão podendo receber s ônibus. Acho que tudo isso é muito importante na política pública. Quero destacar dois pontos em primeiro lugar sobre a Audiência Pública de hoje. Deputado Ney Leprevost convidou aqui, uma Audiência da Comissão de Saúde, que vieram aqui todos, vieram os lobistas a favor do fumo, contra o projeto que proíbe o fumo e vieram os especialistas falar sobre Saúde Pública.

Que lição nós recebemos aqui hoje. Sou um dos autores de um dos projetos que proíbe o fumo nas dependências de uso coletivo, sejam públicas ou privadas do Estado do Paraná. Que banem, que deixem, que declare livre do tabaco o território paranaense. As pessoas que querem fumar vão fumar dentro da sua casa ou na rua. Esse é o espaço do fumante mesmo.

Aqui em Curitiba tem 18% das pessoas que fumam. Sabem quanto que gastamos por ano, mais de R\$ 500 milhões com as pessoas que ficam doentes que são fumantes. Mais de 200 mil pessoas morrem por ano por causa do tabaco, sendo que o fumante passivo, que fez uma opção de não fumar é a terceira maior causa de morte evitável. Isso custa muito aos cofres públicos porque efetivamente é muito grave.

O Brasil assinou a Convenção para Controle do Tabaco e ratificou essa Convenção em 2005 com o Paraná

depositando seu voto favorável. É o primeiro Tratado Internacional de Saúde Pública para Controle do Tabaco.

Hoje um médico técnico da Prefeitura de Curitiba, deu um depoimento fantástico. Muito interessante. É o Coordenador da política Antitabagismo da Prefeitura de Curitiba, Dr. João Alberto. Declarou que 80% dos fumantes de Curitiba tem menos de 11 anos de escolaridade. O que demonstra primeiro quem é atingido. Segundo os jovens que fazem uso do cigarro por conta da propaganda e dos ambientes onde as pessoas acabam fumando de forma passiva.

Quero publicamente parabenizar o Deputado Reni Pereira, que pegou o meu projeto que proíbe. O Deputado Antonio Belinati que também apresentou um projeto igual o nosso com o mesmo conteúdo. O do Governador Requião, que também veio para proibir e do Deputado Stephanes Júnior que antes proibia, mas depois admitiu a possibilidade da existência dos fumódromos. Pegou o nosso projeto e transformou num substitutivo proibindo o uso do cigarro em todos os ambientes de uso coletivo.

O Deputado Reni Pereira como relator da CCJ teve um papel extraordinário, do ponto de vista, da defesa de uma Lei Antifumo no Paraná que temos que avançar. Os países modernos já decidiram, por extinguir essa possibilidade. Hoje vimos especialistas, Presidente do Conselho Regional de Medicina, que fez um brilhante depoimento. Hoje todos nós nos surpreendemos, conversava ainda com o Presidente de Saúde dessa Casa Deputado Ney Leprevost, pela qualidade da participação daqueles que compareceram.

Sou um grande defensor nessa Casa e tenho sido das Audiências Públicas. Audiência Pública que foi aquela, como a de hoje, onde os representantes do Sindicato do Fumo não conseguiram argumentar e defender as suas posições. Há falta de argumentos contra. Não há nenhum equipamento eficaz, que seja habilitado efetivamente, a poder de fato, fazer com que o fumante passivo não seja também em relação a fumaça que é expelida por aqueles que se determinaram poder adquirir uma das doenças, uma doença vascular, vascular-cerebral, dos que fizeram a opção cancerígena através do cigarro. Ou seja, um dos grandes malefícios que o cigarro causa aqui e em todo o mundo.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Realmente, este instrumento que temos e muitos Deputados têm utilizado, aqui, da Audiência Pública, só engrandece o trabalho dos Deputados e da Assembleia Legislativa. A começar pelas Audiências Públicas que fizemos na discussão da redução do ICMS, discussão da Segurança Pública, discussão da Lei Antifumo. E quando vêm especialistas, infelizmente hoje não pude participar, em função de outros compromissos assumidos anteriormente, mas com certeza aprendemos muito. Porque você houve as pessoas que estão no dia a dia, estudiosa daquele tema, nos favorecem muito tomar uma decisão para votar em benefício da população.

Nestas Audiências Públicas as discussões que fizemos, por exemplo, lá em Campo Mourão, na área da Saúde Pública, ajudou muito a melhorar o trabalho lá na Santa Casa. Na própria Segurança Pública, ajudou muito a reduzir o número de assassinatos em Campo Mourão. E isto se deve não só ao trabalho das Audiências Públicas que pedi, ao Deputado Douglas Fabrício, mas a todos os Deputados aqui na Assembleia Legislativa.

Então, mais uma vez, ao senhor, ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, ao Deputado Ney Leprevost, e a todos os demais que ajudaram e participaram desta Audiência Pública, minhas considerações e meus parabéns.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Quero fazer coro ao seu pronunciamento.

Realmente, como já disse da tribuna, a Audiência Pública de hoje teve um excelente nível, pessoas muito preparadas, qualificadas, médicos que falaram com embasamento, com conhecimento científico sobre o assunto. Acredito que serviu para esclarecer muita gente que estava em dúvida sobre o tema.

Quero, publicamente, como Presidente da Comissão de Saúde agradecer sua presença nesta reunião, o senhor como Líder do Governo, sem dúvida alguma traz um prestigiamento importantíssimo para este tipo de debate. E incentivar todas as comissões da Assembleia a promoverem, sempre que houver um tema polêmico, este diálogo franco, aberto, transparente com a sociedade, porque as pessoas se sentem, também, exercendo cidadania, quando têm a oportunidade de vir a esta Casa, que é a Casa do Povo, tem que ser a Casa do Povo, constitucionalmente é para ser a Casa do Povo e pode dar sua opinião, seu parecer. Creio que devemos multiplicar mais este tipo de iniciativas, como a que promovemos hoje e como as que o Deputado Durval Amaral, da CCJ, também promoveu em outras oportunidades, junto com o Presidente Nelson Justus.

Então, para agradecer sua presença na Comissão de Saúde hoje e também cumprimentar o Deputado Reni Pereira, que fez um belo substitutivo aos projetos que haviam sido apresentados anteriormente.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Muito obrigado, Deputado. Não é troca de gentilezas, mas V. Exa. foi o responsável, porque tem imprimido - sempre digo - com uma responsabilidade e dinâmica muito boa na Presidência da Comissão de Saúde desta Casa. Penso que V. Exa. mantém sempre uma posição extremamente equilibrada que é merecedora do respeito de todas as pessoas. Penso que V. Exa. tem agido muito corretamente na condição de Presidente da Comissão de Saúde desta Casa e contribuído e muito com o debate.

Quero encerrar, utilizando o Horário do Grande Expediente, queria falar sobre este tema. Quero aqui conclamar que possamos votar ainda neste primeiro semestre a Lei Antifumo do Paraná. É uma lei importante. E se

esta Casa puder estar madura para votar o projeto, penso que as lideranças poderiam se manifestar junto a este Presidente e ainda neste primeiro semestre pudéssemos votar a Lei Antifumo. Penso que se possível, todas as leis têm que ser votadas como elas estão, efetivamente bem discutidas.

Penso eu que é necessário consultar as lideranças e se for possível, incluir ainda na Ordem do Dia da votação da pauta deste primeiro semestre. Era isto, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nossos cumprimentos ao Deputado Ney Leprevost pela maneira como conduziu a Comissão de Saúde. Realmente, a Sessão de hoje foi um sucesso.

No horário da Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Liderança do PMDB: Deputado Stephanes Júnior

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Deputado Teruo Kato e Deputado Guimarães, que me deu uma importante ajuda quando recebi aqui o pessoal da Igreja Mórmon.

Quero abordar um tema muito sério hoje. Participei da Audiência Pública que foi realizada hoje na Comissão de Saúde, da qual sou membro, onde se discutiu o tema que é a proibição dos cigarros no Estado do Paraná em qualquer local. Quando apresentei esse projeto em 2007 não havia ainda lei de São Paulo, que restringiu totalmente. Então, a minha lei era grande avanço, porque eu não fumo e queria ir a um restaurante e não ter ninguém fumando, poder levar meu filho, queria poder sair à noite em qualquer casa noturna sem ter o problema de fumaça e isso o projeto que apresentei contempla: todos os cidadãos do Paraná vão poder ir a um local e não mais conviver com a fumaça, com o cheiro desagradável do cigarro ou com a questão da saúde, da fumaça e dos problemas que isso traz.

Então, hoje, quando a Associação Médica veio aqui, o CRM, o pessoal da área cardiológica e os pneumologias, nós estamos totalmente de acordo. Apenas um ponto é diferente, porque no meu projeto original previ que os esclarecimentos que quiserem, poderiam ter uma área separada, fechada e com exaustor para as pessoas que fumam. Estava respeitando o direito daquela pessoa que fuma de poder ir a um local, mais isso nunca vai incomodar aquela pessoa que não fuma, porque ela não vai mais conviver com isso. E é esse ponto que hoje é a única situação divergente que existe no projeto, porque a restrição ao fumo de qualquer forma vai acontecer. Isso é um consenso. A proibição para que as pessoas que não fumam, tenham o direito respeitado de não conviver com a fumaça e os malefícios que ela causa, isso está sendo

respeitado em todos os projetos. Eram quatro projetos, sendo que o primeiro foi de minha autoria, depois o Deputado Antonio Belinati apresentou um, o Deputado Romanelli e agora o Governo, sendo os três basicamente com o teor igual ao de São Paulo e o meu apenas com essa diferença.

De qualquer forma, vai haver uma grande evolução no Estado do Paraná, porque realmente vai ser uma restrição muito grande. Agora, ainda continuo com a posição de poder haver o direito de se construir uma área separada e fechada. Alguns projetos, proibiam tabacarias de existirem e eu, na realidade, liberei a tabacaria de existir e acho que o do Romanelli também previa a existência de tabacaria. Na minha opinião não faz sentido você proibir isso. E também há uma questão legal, porque podemos apresentar um projeto aqui que contemple a saúde e que depois não seja questionado na Justiça, porque podemos ter hoje a existência no futuro de muitas tabacarias, que terão vinho e comida para o fumante poder sair vão mudar o nome de bares para tabacaria.

Lógico que o que nós queremos, na realidade, é garantir o respeito e a saúde das pessoas. É esse o meu objetivo. Parece até, porque fiz essa posição, que eu defendo o fumo. Não, fiz para restringir, isso há dois anos. Houve uma lei mais firme do que a minha, mas tenho dúvidas até se ela vai prosperar, porque está sendo questionado se é possível ou não você ferir o artigo 5º da Constituição e, impedir que a pessoa tenha um local separado para ela, o chamado fumódromo. Acho que isso não vai afetar ninguém e vai respeitar o direito da pessoa. É assim que vejo a situação.

Da mesma forma vi hoje muitas pessoas, que nunca pensei nisso quando fiz o projeto de lei, questionando a questão geração de emprego, que muitas vão deixar de sair de casa porque vão se sentir desconfortáveis, terá menos pessoas indo a bares, a restaurantes, vai gerar uma questão, já que não é crime no Brasil. Então, proíbe-se o plantio, a comercialização no Brasil. Se você proibir o plantio e a comercialização daí você pode proibir que haja um espaço separado.

Este argumento também achei muito válido, porque se você hoje não proíbe isso, isso é uma atividade legal do ser humano aqui no Brasil, estão você está o punindo, criminalizando, ainda exigindo que o dono do restaurante tire a pessoa para fora e chame a Polícia. Tanto que os donos dos estabelecimentos falaram: “Não quero ter que pegar o meu cliente, colocar ele para fora, e eu chamar a Polícia”, porque ficou a cargo do estabelecimento fazer isto, e se não fizer o estabelecimento vai ser multado pelo substitutivo apresentado pelo Deputado Reni Pereira.

Tanto que o Presidente da ABRASEL e da ABRA-BAR falaram: “Bom, mas eu não quero ter que fazer isso, porque a lei exige que eu faça, se eu não fizer sou multado, mas não quero ter essa atitude”.

Porque é questão também de educação, uma questão de consciência de todos nós. Então, voltou a frisar

que o meu projeto prevê que qualquer pessoa possa sair de casa, ir com o seu filho a qualquer lugar, que seja proibido o fumo aonde as pessoas estiverem, com o seu filho, mas que dá a liberdade para existirem locais fechados, separados das pessoas para quem quiser.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário das Lideranças. PMDB. Democratas. PPS. Com a palavra Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores e senhoras.

Aproveitando o mesmo assunto, para dizer que concordo Deputado Stephanes Júnior com o seu pronunciamento. Mas, gostaria também de ampliar o debate para dizer que estou preocupado com os produtores de fumo no Estado do Paraná. Eles vão perder os subsídios, os incentivos, o trabalho é escravo, os produtores estão tendo prejuízos gigantescos, e precisamos buscar alternativas. E acredito, Deputada Cida, que uma boa alternativa para essas áreas de cultivo de fuma seria a fruticultura. Por isso, organizei uma entre uma reunião entre Prefeitos, Vereadores, produtores rurais, lideranças, que estive-ram em Israel, na Agritec, para terem contato com cultivo de diversas frutas e plantas. Trouxemos de Israel a idéia de trazer para o Estado do Paraná o cultivo da romã.

Nesse momento também quero agradecer o empenho do Ministro Reinhold Stephanes pelo fato do Ministro nos receber, receber também os produtores, e agilizar o processo de legalização para a importação das estacas da romã para que o cultivo no Estado do Paraná, é importante dizer, na Hemiféria Sul do planeta, somente Austrália, Peru, e se não me engano mais dois Países cultivam a romã, ou seja, período de entressafra, no inverno no Hemisfério Norte o preço da fruta sobe demais, e eles não tem outra alternativa no Hemisfério Sul. E a romã pode ser algo muito importante para a nossa cultura, para os pequenos produtores para a agricultura no Estado do Paraná.

E é por isso que estamos nos empenhando nesse sentido para aprovação desse projeto.

Sr. Presidente, subo à tribuna para falar de outro assunto, hoje protocolei na Assembleia Legislativa um projeto que pode se tornar polêmico, ma acredito que é de grande alcance.

Estamos vendo no Brasil uma intranquilidade com relação à decisão do STF, a respeito do fim da obrigatoriedade do diploma de jornalismo. Existe uma lacuna para órgãos públicos de economia mista, porque essa decisão ainda não foi publicada. Acredito que podemos dar o exemplo aqui no Estado do Paraná. E é por isso que encaminhei um projeto prevendo a obrigatoriedade do

diploma de jornalismo para os cargos da estrutura pública, para que esses cargos sejam supridos por jornalistas com curso superior. Como vai acontecer com grandes redes de tevê, com grandes empresas de jornais que vão baixar portarias específicas com relação a isso. É algo importante para ser debatido. E gosto muito de trazer discussões aqui para o plenário, porque os acadêmicos estão passando por momentos difíceis, de intranquilidade. E, com esse projeto não vamos amenizar essa realidade que está acontecendo no Brasil, com relação à decisão do Supremo. Pelo menos, acredito, que nas estruturas públicas podemos normatizar, oferecendo uma legislação adequada.

Concedo um aparte ao Deputado Felipe Lucas.

O Sr. Felipe Lucas (PPS)

Deputado, V. Exa. está colocando com muita propriedade, todos sempre defendemos a formação em todas as profissões e atividades. Precisamos defender todas as categorias. É incompreensível que começamos a retroceder no País. Os outros Países só se desenvolveram quanto a educação, quando tudo foi firmado. Precisamos defender como Assembleia Legislativa, encaminharmos para a Câmara Federal e Câmaras Municipais para que seja levado a sério. Assim como o paramédico precisa ter uma formação, mas tem um limite. Qual será o incentivo da pessoa estudar, fazer a sua carreira?

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço o aparte, Deputado Felipe Lucas.

Tenho uma grande preocupação com relação à constitucionalidade. Vamos debater também esse projeto na Comissão de Comunicação, da qual sou Presidente. E vamos levar também à CCJ, porque se existe essa possibilidade, se existe a lacuna de podermos adotar essa obrigatoriedade nos cargos públicos para zelar, como diz aqui um grande jornalista: “Zelar pela qualidade da informação já que o jornalista, sobretudo o que atua em órgãos públicos, além de técnica tem que ter uma formação ética e comprometida com a qualidade, já que é ele que dá transparência às ações do Poder Público.”

O Supremo Tribunal Federal, com a decisão de não exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista, não tornou sem efeito legal o Decreto Lei nº 972/69, uma vez que não excluiu a profissão. Está aqui a lacuna. Portanto, o projeto é constitucional. A profissão está prevista na CLT - Consolidação da Leis do Trabalho. Agora, peço o apoio dos nobres Pares, dos Deputados, no sentido de poderem, também, assinar o projeto para fazermos um projeto em conjunto, para que tenha mais força e tramitação aqui na Assembleia Legislativa, para que seja uma conquista para todos os acadêmicos, para todos os jornalistas do Estado do Paraná.

Era essa minha preocupação, Sr. Presidente. Era essa meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero lembrar a V. Exas. que pretendemos votar, hoje, a mensagem do auxílio-maternidade, que tem aí a assinatura do Governo e, em especial, da Deputada Luciana Rafagnin e do Deputado Elton Welter.

Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Serei breve, Sr. Presidente, nem ia fazer uso da tribuna, mas temos aqui três jovens que vieram me procurar e que fizeram o concurso para a Polícia Científica do Paraná e foram aprovados no ano de 2007. Ele trazem aqui um documento muito bem elaborado, muito bem embasado, em que questionam o Governo do Estado, querem saber o motivo pelo qual não foram chamados, sendo que esse concurso foi realizado há dois anos, sendo que há verba prevista no orçamento para o incremento da Polícia Científica.

Sabemos que, hoje, os Países mais desenvolvidos do Mundo trabalham na esfera policial muito mais com a técnica, com a ciência, do que fazendo uso da violência. A Polícia Científica é fundamental para elucidação dos mais variados tipos de crimes. Então, vou tomar a liberdade de tirar uma cópia desse documento e encaminhar, amanhã, para Liderança do Governo. Se o Deputado Luiz Claudio Romanelli, com a boa vontade que lhe é peculiar, pude nos trazer informações sobre isso, na segunda-feira, ficarei agradecido. Não creio que seja necessário fazer um pedido de informações, pois o Deputado Romanelli não tem se negado a nos trazer aqui as notícias em plenário.

Apenas para ilustrar, segundo esse levantamento, hoje, o déficit de profissionais na Polícia Científica do Paraná seria de 400 profissionais. Então, isso preocupa porque os grandes centros urbanos do Estado não fogem à regra de todo País. Tem problemas de violência, problemas de criminalidade, tem crimes que tem que ser elucidados para que os criminosos não continuem na rua praticando outros crimes. Portanto, equipar a Polícia Científica e aumentar o número de profissionais da Polícia Científica do Paraná e, sem dúvida alguma, uma contribuição fundamental do Governo para diminuir a criminalidade e garantir mais segurança à população paranaense.

Voltaremos a falar sobre isso. Agradeço, Sr. Presidente, pelo espaço.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

V. Exa. mencionou, agora a pouco, a licença-maternidade que vamos votar. Sou autor de um dos primeiros projetos, aqui, sobre licença-maternidade e o Plenário aprovou, recentemente, um pedido para

desarquivamento do nosso projeto. É exemplo a nobre Deputada Luciana Rafagnin. Então, indago a V. Exa. a respeito do pedido que conseguimos aprovar aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sem dúvida, não tem como negar que o projeto, também, tem suas impressões digitais.

Com a palavra o Sr. Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu, Deputado Rangel, nosso eminente Deputado do aeroporto de Tibagi, acabou de falar aqui sobre esse projeto que ele fez entrar agora à tarde aqui na Sessão e eu votei contra e quero explicar por que não apoio esse projeto. Primeiro porque sou radialista e na minha rádio tem muitos companheiros que trabalham comigo que às vezes fazem um trabalho muito superior ao do jornalista e, necessariamente, eles são bons profissionais. Jamais poderia votar um projeto desses, até porque eu trabalho com algumas pessoas que estão ao meu lado que fazem um trabalho exemplar na rádio e que eu estaria proibindo eles de fazer um concurso público. E acho, não sou advogado, não sou bacharel, sou só um radialista, mas acho que qualquer bacharel que se forma em uma universidade precisa entender o que é constitucional e o que não é.

E não tenho dúvida nenhuma que esse projeto é inconstitucional, até porque o Supremo acaba de definir essa questão do jornalista, saiu no Brasil inteiro e foi definido agora. Então, quero dizer que sou contra, primeiro porque acho que é inconstitucional, ninguém pode proibir ninguém. E daqui a pouco não vão deixar mais falarmos na rádio. Para falar na rádio tem que ser só jornalista. E os radialistas que falam na rádio. E o jornalista que transmite notícias daqui uns dias não vai mais poder falar? Conheço muitos radialistas que transmitem notícias. A grande maioria dos radialistas transmite notícia. Teve até radialistas que só tocavam músicas e que agora transmitem bastante notícias - antigamente era só música e agora estão fazendo mais jornalismo e piada ao mesmo tempo. Piada também dá audiência. Hoje o que dá audiência? É piada, é falar mal do Governo.

Então, sou totalmente contra esse projeto, porque acho que é inconstitucional e por que eu vejo, por exemplo, alguns Parlamentares que têm assessores que não são jornalistas. Conheço alguns Parlamentares que têm assessores que fazem o trabalho de informação e que não são jornalistas. E, se não me falha a memória, o próprio Deputado autor do projeto tem uma assessora em Ponta Grossa, que faz um grande trabalho, porque eu sempre a vejo junto nos eventos, que faz um trabalho maravilhoso, tirando fotos, organizando, escrevendo e não é jornalista. Eu pelo menos, conheço uma jovem que trabalha junto

com o Deputado autor do projeto e que eu sabia ela não é jornalista, e eu admiro o seu trabalho, porque ela sempre está lá tirando foto, organizando, está sempre presente. Então, não posso votar a favor de um negócio desses. Como é que vou votar a favor de um negócio desses se eu vejo pessoas competentes, como é o caso dessa menina, que trabalham? E se ela for fazer um concurso, ela não vai poder fazer. Eu acho um absurdo isso.

Então, quero dizer que sou contra, primeiro porque acho inconstitucional, acho que tem muitas pessoas que escrevem bem, tem muita gente escreve bem e não é jornalista. Tem jornalista que não sabe escrever. Tem jornalista que é bom em outros setores. Tem jornalista que escreve bem. Tem jornalista que é bom na televisão. Tem jornalista que é bom no futebol. Cada um no seu setor. Tem uns que fazem de conta. Tem uns que se formaram daquele jeito. Então, acho que não podemos proibir ninguém é como você proibir um grande artista de trabalhar, como isso é chato. Falam tanto de emprego, vamos gerar emprego, vamos gerar emprego. E daí você proíbi um artista de trabalhar, eu já vi isso. Eu já vi casos do cara roubar o personagem de outro cara. Isso é terrível, não deixar o cara trabalhar. O cara cria um personagem. O personagem é dele. O cara vai lá e rouba o personagem. Digo: você não pode mais trabalhar com esse personagem, porque ele é meu! Isso é roubo. Então, sou contra a proibição, proibir as pessoas de fazer isso.

Faço esse pronunciamento aqui em homenagem às pessoas que são boas profissionais na área da comunicação. Tem muito radialista que não é jornalista. E será que ele não pode ter a oportunidade de fazer um concurso público? Amanhã ou depois ele faça um concurso e por competência possa passar? A Constituição diz que todos são livres. Eu acho isso.

Quero deixar meu posicionamento contrário a esse projeto, acho que é um projeto inconstitucional, antidemocrático, e que prejudica as pessoas que queiram trabalhar. Não estou aqui para votar projeto para prejudicar pessoas que queiram trabalhar. Propor um projeto desse jeito é muito ruim para quem quer trabalhar. Para dar oportunidade principalmente às pessoas que não trabalham de jornalista, mas que fazem o trabalho. Eu respeito o jornalista. Eu podia ser jornalista. Já tinha condições de receber o direito de ser jornalista. Pelo longo tempo, mas nunca quis. Agora, tem muitas pessoas que trabalham junto com Parlamentares que fazem o trabalho de jornalista, muito completo e estaria impossibilitado de poder fazer um concurso. E tem gente que escreve muito bem.

É isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 803/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Secretaria de Estado da Educação - SEED, atenção especial à necessidade da construção imediata da Escola Estadual Paulo Freire, no Município de Ponta do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 013/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o Instituto São Francisco de Responsabilidade Sócio-Ambiental e Desenvolvimento Humano, com sede e foro no Município de Maringá. **Aprovada. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 106/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/09, que altera a Lei nº 11713/07, que trata das reformulações da carreira docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná - IEES/PR. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 106/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 14 da Lei nº 11713, de 07/05/97, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. O acesso ao cargo de professor de ensino superior na classe de professor titular será feito mediante habilitação em concurso público de provas, títulos e defesa de trabalho científico, podendo inscrever-se o portador de título de Doutor ou Livre-Docente há pelo menos 04 (quatro) anos e com experiência comprovada em docência no ensino superior de 04 (quatro) anos.”

Art. 2º Fica o parágrafo único do artigo 14 da Lei nº 11713, de 07/05/97, renumerado para parágrafo 1º, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º A banca examinadora será composta de 05 (cinco) professores titulares doutores, sendo obrigatoriamente 02 (dois) professores de outras instituições de ensino superior.”

Art. 3º Ficam acrescidos os parágrafos 2º, 3º e 4º ao artigo 14 da Lei nº 11713, de 07/05/97, passando a vigorar com as seguintes redações:

“§ 2º Na hipótese de que o aprovado para o cargo de professor de ensino superior na classe de professor titular seja oriundo da carreira de magistério público do ensino superior do Paraná este manterá, para todos os efeitos legais, a respectiva matrícula e o cômputo do respectivo tempo de serviço e contribuição, ficando dispensado do estágio probatório.

§ 3º Em face do que dispõe o artigo 40, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil, para efeito de aposentadoria, o docente de que trata o parágrafo anterior estará sujeito ao cumprimento de 05 (cinco) anos de efetivo exercício na classe de professor titular.

§ 4º Na hipótese de que o aprovado para o cargo de professor de ensino superior na classe de professor titular seja oriundo do serviço público, para efeitos de aposentadoria, deverão ser observadas as regras de transição contidas nas emendas Constitucionais nºs 20, de 16/12/98, 41, de 19/12/03 e 47, de 06/07/05.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29/06/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 258/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a UNICAFES Paraná - União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 258/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná - UNICAFES Paraná, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30/06/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 263/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/09, que

autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de São Miguel do Iguaçu. **Aprovada. (Publ. no DA nº 057/09, de 01/06/09, em Mensagem).**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 241/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre o atendimento multidisciplinar a homens autores de violência intrafamiliar e do gênero no Estado do Paraná e da outras providências. COM PARECERES DA CCJ e CDMCD. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/09, de 20/06/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 241/09

P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria da Deputada Rosane Ferreira dispõe sobre o atendimento multidisciplinar a homens autores de violência intrafamiliar e do gênero no Estado do Paraná.

Em síntese, a proposição visa garantir aos homens autores das condutas mencionadas no *caput* do artigo 1º e na súmula, a possibilidade de assistência para que possam se recuperar e retomar o convívio social dentro dos limites da denominada normalidade.

A Lei Maria da Penha explicitou para a sociedade o elevado número de casos de violência contra mulheres dentro de suas próprias casas ou em outros espaços sociais.

A criminalização das condutas e consequente apenamento não deve ter a finalidade exclusiva retributiva pela conduta praticada.

A finalidade maior do apenamento deve ser caráter preventivo para desestimular o infrator a continuar praticando tais condutas e mostrar para os demais que não devem praticar a mesma conduta.

Esta concepção está de acordo com o objetivo finalista da pena.

É de grande relevância que haja esta política estatal para buscar a recuperação dos que praticaram as referidas violências.

Mesmo aqueles que praticam crimes hediondos, quando reclusos, têm a oportunidade de se recuperar. Por que não poderiam os homens autores de violências contra mulheres, em que pese não serem menos graves que os crimes hediondos?

Quanto ao mérito não há como negar a importância da iniciativa da Deputada.

A assessoria técnica manifestou-se pela inconstitucionalidade da proposição, pois estaria tratando da estruturação e funcionamento das secretarias estaduais.

Por esta razão haverá vício de iniciativa.

Ousamos discordar respeitosamente da assessoria técnica da CCJ, pois o projeto limita-se a criar uma polí-

tica estatal sem impor a qualquer órgão a realização das atividades.

Ao contrário, indica que pode ser realizada por Organizações não Governamentais.

Não nos parece que haja, o vício indicado pela valorosa assessoria técnica da CCJ.

É preciso ir ao espírito desta proposição para reconhecer a importância de sua tramitação.

Nesse sentido já se manifestou o doutrinador constitucionalista Paulo Bonavides.

As constituições existem para o homem e não para o Estado; para a sociedade e não para o Poder. Robespierre, sem embargo da insânia revolucionária que o acometeu nos dias do terror, proferiu uma verdade lapidar quando disse: “A Declaração de Direitos é a Constituição de todos os povos”.

O controle material de constitucionalidade é delicadíssimo em razão do elevado teor de politicidade de que se reveste, pois incide sobre o conteúdo da norma. Desce ao fundo da lei, outorga a quem o exerce competência com que decidir sobre o teor e a matéria da regra jurídica, busca acomodá-la aos cânones da Constituição, ao seu espírito, à sua filosofia, aos seus princípios políticos fundamentais.

É controle criativo, substancialmente político. Sua caracterização se constitui no desespero dos publicistas que entendem reduzi-lo a uma feição puramente jurídica, feição inconciliável e incompatível com a natureza do objeto de que ele se ocupa, que é o conteúdo da lei mesma, conteúdo fundado sobre valores, na medida em que a Constituição faz da liberdade o seu fim e fundamento primordial”. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Malheiros, São Paulo: 1996, pág. 269-270.

Por fim, é importante mencionar que outros projetos de lei, de iniciativas de parlamentares, que de fato mudavam as estruturas dos órgãos e secretarias que foram aprovados e sancionados pelo Governador do Estado do Paraná. É o caso das modificações da Lei nº 12398/98 (ParanaPrevidência), modificação da lei do Fundo Estadual de Habitação e as frequentes mudanças no estatuto da Polícia Civil.

Os casos supramencionados são exemplos de situações onde prevaleceu o entendimento de que proposições relevantes devem ser aprovadas.

O rigor formal e a interpretação meramente literal dos dispositivos constitucionais obstam a tramitação de relevantes proposições como esta.

O rigor excessivo limita as prerrogativas dos Deputados Estaduais na sua atividade legiferante.

É preciso ter-se a clareza que a Assembleia Legislativa é uma casa onde se elaboram leis e não um tribunal.

Mesmo os tribunais não fazem a interpretação meramente literal mas buscam a interpretação sistemática e teleológica.

Neste sentido vejamos o que nos ensina Fábio Konder Comparato:

A razão de ser de uma Constituição não é facilitar a ação governamental, mas proteger os direitos fundamentais do cidadão.

Sobre a interpretação sistemática da Constituição, ainda vejamos:

*O princípio da unidade da constituição ganha relevo autônomo como princípio interpretativo quando com ele se quer significar que a constituição deve ser interpretada de forma a evitar contradições (antinomias, antagonismos) entre as suas normas. Como “ponto de orientação” guia de discussão e “factor hermenêutico” de decisão, o princípio da unidade obriga o intérprete a considerar a constituição na sua globalidade e a procurar harmonizar os espaços de tensão existentes entre as normas constitucionais a concretizar (...). Daí que o intérprete deva sempre considerar as normas constitucionais não como normas isoladas e dispersas, mas sim como preceitos integrantes num sistema interno unitário de normas e princípios. (CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional e teoria da constituição*. 5 ed. Coimbra: Almedina, 2002, p. 1207-1208)*

A interpretação sistemática da Constituição impõe a necessidade de dar seguimento à proposição sob análise.

O parecer é pela tramitação da proposição, pois a mesma cumpre os requisitos formais e legais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) DUVAL AMARAL - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER,
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROJETO DE LEI Nº 241/09

P A R E C E R :

O projeto de lei que ora se analisa tem por objetivo dispor sobre atendimento multidisciplinar a homens autores de violência intrafamiliar e do gênero no Estado do Paraná. A proposta busca facilitar o acesso a tratamentos para homens que tenham cometido violência no seio de sua família, seja por vontade própria, seja por determinação das autoridades competentes para tanto.

Esta Comissão tem por competência, conforme o Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 15 À Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente compete manifestar-se em proposição cujo objeto seja de interesse da mulher; debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres; incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina; apoiar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas e casas-abrigo para o atendimento de mulheres vítimas de violência;

apoiar a elaboração da Política Estadual de defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural. No que tange à Criança e ao Adolescente, compete manifestar-se sobre as proposições relativas aos direitos das crianças e adolescentes, bem como todas as matérias relacionadas à adoção das políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras.

Por ser assim, tem-se que de fato o projeto tende a traçar uma política pública voltada para salvaguarda das mulheres vítimas de violência, bem como de toda unidade familiar, visto que a recuperação do homem tem por escopo permitir a sua reinserção ao convívio social.

Assim, por valorizar de modo concreto a igualdade e mais, por plasmar direito constitucional, somos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 22/06/09.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/09, fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar por mais 60 (sessenta) dias a licença à gestante de que trata o artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal e artigo 34, inciso XI, da Constituição do Estado do Paraná. (servidores civis e militares). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDMCA. (Publ. no DA nº 065/09, de 17/06/09, em Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 305/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, ao autorizar o Poder Executivo Estadual a prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a licença maternidade, visa beneficiar as servidoras civis e militares, possibilitando-lhes maior fruição do período pós-gestação. Ademais, pretende estender e efetivar este benefício às mães adotivas, eis que, independente da condição biológica de maternidade, também fazem jus a referido direito.

Fundamentação

Em que pese a importância da matéria abrangida pelo projeto de lei, ora em análise, no qual se pretende majorar os benefícios concedidos às mulheres que integram o quadro do funcionalismo público paranaense, cumpre à Comissão de Constituição e Justiça, em obediência ao disposto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná¹, verificar, *a priori*, a constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como a técnica legislativa apresentada.

Inicialmente, impede destacar que a Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que a licença à gestante - sem prejuízo de seu emprego ou salário -, com a duração de cento e vinte dias, é direito que visa à melhoria de sua condição social¹. Ademais, este direito por ser norma de repetição obrigatória, pelo princípio da simetria, encontra respaldo na Constituição do Estado do Paraná².

Ressalte-se que o direito à licença maternidade, dentro outros, tem por escopo o respeito ao princípio protetor, sendo este basilar para à instituição de uma relação empregatícia, conferindo, pois, aos trabalhadores condições dignas de trabalho, uma vez que por meio delas é que eles alcançaram a melhoria de sua condição social³.

Portanto, resta evidente que a pretensão abarcada por este projeto de lei, não só respeita os princípios constitucionais, já reconhecidas efetivamente, tanto em âmbito federal como estadual, como ambiciona majorá-los, conferindo às servidoras civis e militares, quando atingida a qualidade de mãe - seja biológica ou adotiva -, licença maternidade correspondente a cento e oitenta dias.

Nesta esteira, vislumbra-se que a competência para legislar, acerca do regime atribuído aos servidores públicos, não é privativa da União ou dos Municípios, sendo plenamente viável que os Estados regulamentem seu funcionalismo público, até mesmo em obediência à disposição constitucional de que: são reservadas aos Estados Membros as competências que não lhes restem vedadas⁴.

Além disso, a Constituição do Estado do Paraná deixa evidente que a iniciativa de leis, que disponham sobre os servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, bem como estabilidade e aposentadoria, é privativa ao Governador do Estado⁵. Neste sentido, manifesta-se o entendimento jurisprudencial:

1. Art. 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica;

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal e de técnica legislativa (...)

1. Art. 7º da Constituição Federal. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

2. Art. 34. Da Constituição Estadual. São direitos dos servidores públicos, entre outros:

XI - licença à gestante, sem prejuízo do cargo ou emprego e dos vencimentos ou subsídios, com a duração de 120 (cento e vinte) dias.

3. DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo, São Paulo: Ed. Malheiros, 2007. 29ª. ed; pg. 292.

Tratando-se de criação de funções, cargos e empregos públicos ou de regime jurídico de servidores públicos impõe-se a iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 61, parágrafo 1º, II, da Constituição Federal, o que, evidentemente, não se dá com a Lei Orgânica. (julgamento, em 06/03/08, da Ação Direta de Inconstitucionalidade, sob nº 980, tendo por Relator o Ministro Menezes Direito).

A Administração Pública é vinculada pelo princípio da legalidade. A atribuição de vantagens aos servidores somente pode ser concedida a partir de projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, consoante dispõe o artigo 61, parágrafo 1º, inciso II, alíneas a e c, da Constituição do Brasil, desde que supervenientemente aprovado pelo Poder Legislativo. (julgamento, em 15/02/06, da Ação Direta de Inconstitucionalidade, sob nº 554, tendo por Relator o Ministro Eros Grau).

Desta feita, verifica-se a legitimidade do nobre proponente em realizar a pretendida modificação, posto que, de forma plena, obedece às normas constitucionais. Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Destarte, deflagradas a constitucionalidade e legalidade deste projeto de lei, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Curitiba, 01/07/09.

OFÍCIO Nº 032/09

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, venho através do presente informar que o Projeto de Lei nº 305/09, que autoriza o mesmo a prorrogar por mais 60 dias a licença à gestante, recebeu emenda de autoria do Deputado Marcelo Rangel e requerimento do Deputado Nereu Moura de preferência de destaque de votação à emenda.

Informo também que esta comissão decidiu, em votação, pela rejeição da emenda e pelo parecer favorável do Deputado Douglas Fabrício ao projeto de lei.

4. Art. 25. da Constituição Federal. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observadas os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

5. Art. 66. da Constituição Estadual. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva.

Nesta oportunidade, encaminhamos à V. Exa. o projeto de lei com parecer favorável aprovado e emenda rejeitada para que tome as devidas providências.

Atenciosamente.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente

REQUERIMENTO

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta comissão, a preferência de destaque de votação à emenda ao Projeto de Lei nº 305/09.

Sala das Sessões, em 30/06/09.

(a) NEREU MOURA

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 305/09

Ficas acrescido o parágrafo único ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 305/09, com a seguinte redação:

“Art. 1º...

Parágrafo Único. No Caso de recém-nascidos com complicações, o tempo de estadia na UTI neonatal, ou em incubadoras, para cuidados intensivos e essenciais destes, será acrescido no tempo da licença.”

Sala das Sessões, em 30/06/09.

(a) MARCELO RANGEL

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PROJETO DE LEI Nº 305/09

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto e lei acima foi apresentado pelo Poder Executivo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta prorrogar por mais 60 dias a licença à gestante de que trata o artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal e artigo 34, inciso XI, da Constituição do Estado do Paraná.

II - Da Fundamentação do Parecer

A Comissão de Constituição e Justiça desta Casa já exarou parecer favorável a presente matéria, onde foi analisado sua constitucionalidade, legalidade, bem como a técnica legislativa apresentada.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, o projeto vem beneficiar as servidoras civis e militares, inclusive, estendendo aos casos de adoção a prorrogação por mais 60 dias de licença.

Inúmeras pesquisas indicam que as crianças que têm mais contato com a mãe se desenvolvem melhor. Os benefícios dessa convivência se manifestam nos campos físico, psíquico e cognitivo. Além disso, a licença mais longa visa a corrigir uma incoerência: a Organização Mundial da Saúde e o Ministério da Saúde preconizam o

aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida, uma recomendação quase impossível de ser seguida se a mãe volta ao trabalho 120 dias após o parto.

Desta forma, esta relatoria apoia a iniciativa do Governo de oferecer este apoio as mulheres, na qual a resposta virá à longo prazo: adultos mais saudáveis e inteligentes.

Conclusão

Assim sendo, apresentamos parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18/06/09.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, esse projeto, votamos na CCJ, eu fui o relator, aprovamos por unanimidade mas ele recebeu uma emenda. Essa emenda foi destacada, votada e reprovada lá, mas por que a emenda foi reprovada? Porque o Deputado Reni Pereira alegou que a emenda do Deputado Marcelo Rangel, o projeto é importante, vários Deputados colocaram projeto dessa natureza, o Governo enviou para essa Casa, vamos votar favorável e ele prevê 180 dias de licença ao invés de 120 que é hoje. O que o Deputado Marcelo Rangel colocou como emenda? Que se acontecer da criança nascer e ter que ficar na UTI que aquele prazo de UTI não conte para essa licença, favorecendo a mãe do bebê.

Bom, na hora de discutir o Deputado Reni, alegou que no Estatuto do servidor público já contemplava isso, por causa dessa alegação os Deputados votaram contra a emenda, mas fui pesquisar e encontrei que no Estatuto - do servidor público que está aqui na minha mão - não está contemplado isso. No artigo 247 que trata da licença especial: *Ao funcionário estável que durante o período de 10 anos consecutivos não se afastar do exercício de suas funções é assegurado o direito da licença especial de seis meses, por decênio, com vencimento, remuneração e demais vantagens. Parágrafo Único. Após cada quinquênio de efetivo exercício ao funcionário que a requerer conceder-se-á a licença especial de três meses com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo.* No artigo 249 fala que: *Para os fins previstos no artigo 247, que é o que eu li agora, não são considerados como afastamento do exercício, e entra o 10º item que é a licença por motivo de doença em pessoa da família até três meses por quinquênio.* Então, só para deixar o registro que no Estatuto do servidor, não está contemplada aquela emenda do Deputado Marcelo Rangel. Hoje votamos a constitucionalidade, vamos aprovar e se o Deputado Marcelo Rangel quiser depois, na segunda discussão, apresentar a emenda para que os demais Deputados discutam pode até ser aprovada essa emenda aí.

Era só para fazer esse registro, obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, V. Exa. foi muito gentil, muito cavalheiro jogou uma água benta, quando questionamos sobre o projeto que apresentamos no começo de 2007 estabelecendo a licença-maternidade de 180 dias e eu vejo, Presidente, com tristeza que uma decisão tomada aqui no Plenário para desarquivar projeto semelhante ao nosso porque ele já estava arquivado, houve um sumiço, não há nada aqui, nenhuma referência a respeito da decisão que o Plenário tomou.

Igualmente, a Deputada Luciana Rafagnin está bem chateada e com razão porque ela também, de maneira humanitária, apresentou um projeto semelhante de 180 dias. Então, Sr. Presidente, fico recordando aqui, nobre Deputado Romanelli, essa figura extraordinária que com certeza vai nos ajudar a corrigir e talvez vamos colocar como equívoco o que ocorreu nesta Casa porque se tem um Regimento da Assembléia Legislativa, esse Regimento não está sendo cumprido, não pelo Presidente Nelson Justus porque não é ele que preside as comissões. Mas fica o nosso registro, inclusive antecipado o apoio quando vier para segunda votação com a emenda do nobre Deputado Marcelo Rangel, que mostra a visão desse Parlamentar com respeito àquela mãe que está com filho na UTI e que necessita do carinho, da presença da mãe por mais tempo. Então, parabéns Deputado Marcelo Rangel, vamos votar junto com V. Exa. porque é uma visão humanitária de V. Exa.

Fica aqui, Presidente Nelson Justus, V. Exa. que comanda de maneira tão democrática esta Casa, a nossa tristeza por ver que no ano de 2009 seja dado um tratamento desigual a Deputados que compõem a bancada minoritária, que é a Bancada da Oposição. Se tem um Regimento da Casa, esse Regimento lamentavelmente não foi cumprido, porque deixou-se de levar em consideração a matéria da Deputada Luciana Rafagnin, o projeto dela e o nosso projeto também. O Governador Requião pegou uma carona. Ele veio depois quando viu que o assunto era palpitante, era interessante, nosso respeito, parabéns ao Governador Requião também.

Mas, acho que o Governador Requião não tem necessidade, no estágio que ele está na política, de querer determinar aqui, ou influenciar para que a sua bancada que é a maioria venha fazer um jogo que não é o jogo da democracia, não é o jogo desse Poder, se haviam projetos anteriores tratando do mesmo assunto. Fico triste e lamento, com respeito a V. Exa. que volto a ressaltar V. Exa. sempre age com dignidade. Não tem nada haver com a postura do Presidente Nelson Justus, porque isso foi tratado nas comissões e alguém de maneira equivocada acabou dando o encaminhamento que não é o correto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas para esclarecer, faço questão de dizer que este projeto extremamente importante tem a assi-

natura de V. Exa., da Deputada Luciana Rafagnin, do Deputado Elton Welter. No caso do projeto de V. Exa. que é muito anterior, desde 2007, ele não voltou ao plenário porque ele foi julgado inconstitucional pela CCJ e não houve o recurso. Então por essa razão que o projeto de V. Exa. não foi anexado, em que pese V. Exa. esteja coberto de razão, a iniciativa é sua e isso ninguém vai tirar de V. Exas. Há um verso do Carlinhos Lira que diz: “isso ninguém lhes rouba não”. Esse projeto é de V. Exas. Não vou citar todo o verso, mas posso dizer que esse projeto tem não só as digitais de V. Exas., mas a assinatura.

Deputado Marcelo Rangel, a emenda só poderemos discuti-la na próxima Sessão, se é que V. Exa. pretende apresentá-la. Hoje estamos apenas votando a constitucionalidade. Quero crer que podemos contar com o apoio.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Questão de Ordem**)

Estamos aqui num entrave. Esse projeto precisa ser aprovado com a maior celeridade possível. Precisamos aprová-lo imediatamente. E a nossa emenda, emenda que apresentamos na CCJ, ela caiu na CCJ pela inconstitucionalidade. Mas, conversando com os Parlamentares percebeu-se que houve um equívoco, inclusive com o Deputado Reni Pereira, porque a emenda é de grande alcance social, é importante para que principalmente as mães de bebês prematuros tenham esse benefício adicionais aos dias de licença-maternidade.

Então, seria importante que aprovássemos também a emenda. Porém conversando com os advogados da Oposição, os advogados aqui da Assembleia, eles me falaram que posso apresentar novamente a emenda na segunda discussão. O problema é que volta para a CCJ. E como estamos praticamente no fim desse 1º semestre poderá atrasar tudo. Então, ficamos em uma situação delicada. Pergunto a V. Exa. se podemos apresentar a emenda na segunda discussão, mas que a CCJ em caráter de emergência aprecie ainda antes do recesso e também retorne antes do recesso. Ou que possamos votar a emenda mesmo com o parecer negativo da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não. Veja, vamos deixar bem claro, não poderíamos abrir um precedente que seria muito sério se assim o fizéssemos. V. Exa apresenta a emenda e volta a CCJ, claro que nós podemos pedir ao Presidente da CCJ que faça uma Sessão Extraordinária para que agilize o parecer ou não.

Temos inclusive, Deputado, abdicado da Comissão Geral do Plenário. Queremos ver se não fazemos mais isso aqui nesta Casa.

Então sei que conto com o apoio de V. Exa. e com a compreensão.

V. Exa entra com a emenda em segunda discussão.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Só dizer aos representantes do SindSaúde, que existe um compromisso da Assembleia Legislativa que haja agilidade e que ainda nós possamos votar antes do recesso.

Obrigado.

Voto pela constitucionalidade desse projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Não posso deixar de registrar aquilo que eu disse da tribuna nesta Casa sobre esse projeto. Tenho que dar um crédito nesse projeto, porque a pessoa que foi a grande lutadora desse projeto é a Deputada Luciana Rafagnin. Foi por causa dela, que eu e o Deputado Alexandre Curi conversamos muito com o Governador Requião. A Secretária Maria Marta fez os estudos necessários, resolveu os problemas dos impactos econômicos-financeiros.

Há de se reconhecer que a autoria dessa lei embora seja do Poder Executivo pela questão da constitucionalidade, a Deputada Luciana Rafagnin é a mãe dessa lei: a licença-maternidade.

A licença-maternidade foi a bandeira que ela levantou e ela merece todas as homenagens dessa Casa e de todas as mães servidoras públicas civis ou militares, pela luta que ela teve pela aprovação dessa lei, aqui pela Assembleia Legislativa.

Então, fica aqui publicamente o meu encaminhamento e o registro que a Deputada Luciana Rafagnin, da luta que ela empreendeu para que essa lei pudesse ser enviada a esta Casa e aprovada. O Paraná vai dar mais um passo em relação à modernidade, com uma lei de licença-maternidade para gestantes e adotantes mães civis e militares no âmbito da Administração Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para corroborar com aquilo que V. Exa. diz, quero mais do que isso louvar a humildade da Deputada Luciana Rafagnin que se quer pretendeu encaminhar esse projeto que todos sabemos que é de sua autoria.

Parabéns Deputada, V. Exa. é uma vencedora.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só para registrar a mãe desse projeto é a Deputada Luciana Rafagnin, eu creio que o nosso querido Deputado Elton Welter pode se considerar o pai.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente não sei quem é o pai, porque há uma situação que o Antonio Belinati apresentou por primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns a todas as mães.

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3282, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente.

Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/09.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 165, 210, 249, 253 e 271/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 241 e 305/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 240 e 288/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 144/09 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 269 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 16032 de 29/12/08.

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 16032 de 29/12/08 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DA DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903902	2000	100	250.000,00
		Total	250.000,00

33903913	2000	100	200.000,00
		Total	250.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 01/07/09.
(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903912	2000	100	50.000,00

Visto:
Deputado Alexandre Curi - 1º Secretário